



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 7 DE MAIO DE 2015

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Guíva

Secretário: Exmo. Sr. Aérton Crisóstomo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas.

A 3.ª Comissão Especializada Permanente deu continuidade à análise na especialidade das GOP e do OGE para o ano económico de 2015 referentes ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Fizeram uso da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural

(Teodorico Campos), os Srs. Deputados Jorge Correia (PCD), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Alda Ramos (ADI), Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD), Salvador Afonso (ADI), Aérton Crisóstomo (MLSTP/PSD), Esmael da Glória (ADI), Abnildo d'Oliveira (ADI) e José António (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 10 horas e 35 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Alda Ramos

Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**

Esmael da Glória do **Espírito Santo**

Idalécio Augusto **Quaresma**

Levy Nazaré

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Arlindo Barbosa

Manuel da Cruz **Marçal Lima**

António Monteiro Fernandes

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Delfim Neves

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural e a equipa do seu Ministério, Sr. Ministro das Finanças, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, estamos na fase de discussão das GOP e do OGE, na especialidade, o seu Ministério absorve 5% do valor global do Orçamento apresentado. O Sr. Ministro hoje tem o prazer de apresentar-nos as medidas, políticas e acções que quer desenvolver no seu Ministério para 2015. Queremos escutar o Sr. Ministro e posteriormente haverá intervenções e contribuições das Sras. e Srs. Deputados.

Esteja à vontade, apresente e defenda com rigor o orçamento do seu Ministério para 2015.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (Teodorico Campos): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Estou cá na qualidade de Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, como disse o Sr. Secretário, e temos o nosso orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano 2015.

Começo por agradecer pelo convite que me foi formulado e estou cá no entendimento de que este trabalho virá, de certa forma, melhorar os trabalhos, em nome do País e em nome do meu Ministério.

Como sabem, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural é um Ministério que se debruça sobre a economia do País e, não alongando muito, quero cá dizer que, no âmbito do nosso orçamento, como disse o Sr. Secretário...

O Sr. **Presidente**: — Desculpe, Sr. Ministro, sou Presidente da Comissão.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Desculpe, Sr. Presidente da Comissão.

Portanto, como dizia, o nosso orçamento tem uma percentagem de 5,4, mas mesmo esta percentagem, ao nível daquilo que preconizamos, entendemos que podemos rentabilizar e reorganizar os trabalhos, no âmbito do nosso Ministério e, em particular, do mundo rural.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, o senhor foi apresentado, nas GOP, «aumento da produção, produtividade e diversificação agrícola, aumento e melhoria da qualidade de produção pecuária, conservação e valorização da floresta e biodiversidade, desenvolvimento das associações e cooperativas agro-pecuárias, reforço das capacidades institucionais do sector agrícola, valorização e comercialização de produtos agro-pecuários». Desenvolve mais essas acções e que medidas pretende adoptar para as atingir, no quadro do orçamento.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, gostaria de informar a esta augusta Assembleia que, no âmbito das nossas actividades, o que o Governo preconiza com estas actividades é, primeiro, melhorar as condições de vida dos pequenos agricultores e, em particular, as

famílias do mundo rural. Isto está distribuído em diversas áreas, sendo uma delas o problema de reabilitação de pistas rurais. Como sabem, para haver produção e comercialização dos produtos, necessário se torna reabilitar as pistas rurais. Logo, no âmbito do nosso orçamento, preconizamos ainda este ano reabilitar cerca de 17,3 Km de pistas rurais.

Uma outra questão é relacionada com a irrigação. Sabendo que no nosso país hoje há problemas climáticos, concernentes à seca, muita das vezes ainda que o agricultor tenha condições de produzir, um dos grandes constrangimentos dos produtores é o problema de irrigação. Eis o motivo porque também pensamos, ainda este ano, implementar a irrigação em cerca de 100 hectares de terra.

Em relação à agricultura, estamos a pensar na produção de mais plantas de cacauzeiros, cafezeiros e também algumas plantas de frutos, para que os agricultores possam diversificar as suas actividades.

Do mesmo modo, estamos também a pensar em aumentar a produção de milho, cerca de 325 hectares de produção de milho, uma vez que ainda este ano vamos estender os 25 hectares. Temos 300 e vamos estender mais 25, o que totalizará 325 hectares, para que possamos aumentar a produção de milho. Porquê aumentar a produção de milho? Porque hoje estamos a falar de matérias-primas. Os pequenos agricultores que produzem milho estão descontentes, porque não têm mercado. Inclusive, das visitas que já fiz com os meus colaboradores, os agricultores chegaram a dizer que ainda estão a produzir milho, porque não têm uma outra actividade. Se tivessem a possibilidade de implementarem uma outra cultura, poderiam ter abandonado a produção de milho. Hoje já se torna uma realidade, porque queremos aumentar a produção de milho, queremos garantir o mercado para os agricultores e dizemos isso para que possamos aproveitar essa matéria-prima para a produção animal, para a engorda. Estamos convictos que com a produção de ração animal interna, podemos aqui tranquilizar os agricultores e também encurajar as suas famílias a produzirem muito mais.

No âmbito ainda das actividades ligadas à produção animal, temos a diversidade, hoje temos, como é do conhecimento de todos os Srs. Deputados, um centro de suinicultura, já vem crescendo um certo efectivo de animais para engorda, estamos a ajudar também os criadores, em grupos de cooperativas, para que possam criar estes animais para a produção de carne e também grupo de criadores individuais que estejam interessados neste mesmo fim.

Entendemos que, para além dessa criação, poderemos também implementar a produção de carne de frango e diminuir a importação de frangos congelados. Este é um apelo que queremos deixar ainda este ano, porque ainda no fim desta semana vamos fazer uma encomenda de pintos para frango de engorda, através da ração que estamos a produzir, para darmos pontapé de saída na produção de carnes de frango.

No âmbito das florestas, temos tido enormes problemas com o abate ilegal de árvores, estamos a trabalhar numa legislação para que possamos definitivamente travar o abate indiscriminado de árvores, tendo em conta que hoje os madeireiros e outras pessoas singulares já começam a atacar a zona tampão e mesmo o Parque Obô, o que vai comprometer o País e aqui estamos a pensar em trabalhar na importação de toros ou pequenas quantidades de matérias para minimizar, até que consigamos travar definitivamente. Sendo assim, iremos ajudar os pequenos e médios agricultores na implementação de árvores de sombreamento e também árvores comerciais. Sabemos que muitos produtores, mesmo ao nível de madeireiros, deslocam-se a zonas florestais, deslocam-se a parcelas e as árvores são abatidas, mas não são plantadas. Eis a razão por que vamos lançar um reptil para implementarmos uma maior produção de plantas.

No âmbito das terras, temos um grande problema. Todos sabemos que o País é pequeno, dizemos que temos 1001 km² de superfície da terra, mas com a erosão, se calhar, já nem temos mais esta quantidade. É por isso que temos que saber gerir melhor as nossas terras. Estamos a fazer de novo fiscalizações para que possamos saber na verdade os locais onde há terras abandonadas, porque teremos que aproveitar da melhor forma as terras, porque as terras agrícolas são os recursos que dispomos. É com as terras que poderemos obter mais riquezas, por isso o Governo está empenhado em fazer novas fiscalizações e encontrar a possibilidade de atribuir aos filhos de agricultores, de atribuir a outras famílias e quem sabe aos novos investidores que poderão investir no nosso país.

Há uma outra questão que há algum tempo vem-se falando, é que muita das vezes para que o Governo possa fazer o seu orçamento, nem sempre tem dados reais. Estamos a falar dos dados estatísticos. Como sabemos, ao nível do País, nem sempre, quer os agricultores, quer mesmo os médios produtores e as pessoas que têm maior conhecimento, nunca querem apresentar os dados reais daquilo que produzem ou daquilo que conseguem implementar. É por esta razão que o Governo preconiza, ainda este ano, trabalhar sobre o recenseamento agrícola, de forma que consigamos ter os dados reais, para que também possamos inteirar-nos daquilo que queremos programar.

Este ano estamos a dar a continuidade aos trabalhos. Acreditamos que é um trabalho que não terminará apenas este ano, poderá continuar ainda no próximo ano. Temos também o CATAP que para nós é um centro vocacionado para a capacitação dos agricultores, horticultores e não só, de jovens com a iniciativa de se formarem em Agronomia. Como sabemos, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural é um ministério em que os técnicos têm dificuldade de aderir, devido ao fraco salário. Ainda que estejam no ministério, se souberem que há algum projecto, preferem sair do Ministério e ir para o projecto, porque sabem que o projecto paga mais. Se repararmos, temos muito pouco quadros formados em Agronomia. O

papel do Governo é reforçar essa capacidade e encorajar os jovens agricultores na formação. Hoje esse centro vai ajudar a capacitar mesmos os agricultores, os jovens que futuramente poderão fazer agronomia e também servir para actividades de visitas de intercâmbios. O centro está equipado, onde poderão pernoitar os estudantes, mesmos os agricultores, os jovens, para que possam ter melhor conhecimento ligado a agricultura, pecuária, enfim, tudo ligado ao nosso sector.

Sr. Presidente, não sei se me escapou alguma preocupação sua.

O Sr. **Presidente**: — Eu não havia colocado preocupações, só queríamos que o Sr. Ministro desenvolvesse questões atinentes às GOP que o seu Ministério apresenta, mas já agora coloco a primeira questão. O Sr. Ministro referiu e bem que a questão de escoamento dos produtos para o mercado e certamente os preços deve-se ao facto de os agricultores não terem facilidades de pistas rurais e falou da reabilitação de pistas rurais como forma de escoamento fácil da produtividade agrícola. Sr. Ministro, situe-me na alocação de verbas para a reabilitação de pistas rurais, porque não encontro nada que se refere a pistas rurais. Se está com um outro termo, faça-nos entender, porque não encontro.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, é para lhe informar que está no âmbito do projecto PRIASA, portanto, é financiamento do BAD.

O Sr. **Presidente**: — O Projecto PRIASA está no orçamento? E qual é a participação do GIME na reabilitação de pistas rurais. Ao nível da agricultura, também entra na área das comunidades agrícolas?

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Bem, relacionado com os GIME, neste momento, é o Ministério de Infra-estruturas que tutela, mas a equipa dos GIME é que são contratados para a reabilitação das pistas rurais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, é para aclarar um pouquinho essa situação. A questão de pistas rurais, embora esteja ligada ao Ministério da Agricultura, de certo modo, quem a acompanha, particularmente, é a equipa do GIME. Portanto, no orçamento do Ministério das Infra-estruturas, os valores que estão incluídos no GIME e no Fundo Rodoviário são particularmente para a resolução dessas questões ligadas a pistas rurais.

Já agora que estou no uso da palavra, gostaria de pedir ao Sr. Ministro que me ajude a raciocinar um bocado. O Sr. Ministro falou de «travar o abate indiscriminado de árvores», estou a usar as suas palavras. É uma questão que se arrasta há muito tempo, o Sr. Ministro falou da legislação, mas creio que existe a legislação, só que uma coisa é a legislação e outra coisa é o seu cumprimento. Pela prática que temos hoje, Sr. Ministro, se não começarmos efectivamente a pôr a mão na ferida e assegurar as coisas convenientemente, mesmo que façamos mil e uma leis, essa questão não vai parar, porque tenho conhecimento, não estou a inventar, posso provar, que hoje quem carrega as madeiras serradas clandestinamente são os polícias, os militares e por aí abaixo. Por isso, é uma questão transversal que penso que só a lei como tal não vai resolver. Qualquer indivíduo que tiver hoje que cortar uma madeira ou que tiver uma serração clandestina, contacta um graduado da Polícia ou um oficial do Exército, e ele senta à frente do carro com uma pistola e desce com toneladas de madeiras.

Falando de leis, gostaria de saber se o Sr. Ministro vai ver isso conjuntamente com os outros ministros ligados a essa área, para que lhe possam ajudar, porque se não o senhor não vai ter sucessos.

Usando ainda as suas palavras, o senhor disse: «podemos rentabilizar ou organizar o trabalho do Ministério e do mundo rural». Falou da produção do milho «queremos garantir o mercado». Sr. Ministro, para além da questão de milho, as fileiras que existem e as tentativas de transformação dessas pequenas produções, o que é que o Sr. Ministro acha, conjuntamente com outros organismos, de fazer com que que esses produtos saiam também em São Tomé e Príncipe?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, antes de falar das fileiras, eu gostaria que Sr. Deputado me dissesse que tipo de culturas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Ministro, falo de quase todos os tipos de culturas que temos em São Tomé e Príncipe, porque em termos económicos, sei que para produzir é preciso vender. Se não houver procura, a dado passo, a oferta desaparece, porque a pessoa deixa de produzir. Falo de flores, de bananas e de todo o conjunto. Outrora, já se exportava, por exemplo, a matabala para o Gabão, e não só.

Portanto, estou a falar de fazer com que os nossos produtores possam produzir efectivamente e que tenham condições de vender. Vou dar um exemplo, Sr. Ministro. Há dias houve uma feira e andei lá a fazer o que aqui na terra dizemos, permitam-me a expressão, «*piucú*». Fui perguntando os preços, mas não estava a comprar e deparei-me com muita melancia. Estive na Guiné Equatorial há bem pouco tempo e todas essas melancias lá não chegariam, assim como, por exemplo, o nosso limão. Estive num hotel de luxo na Guiné Equatorial e não havia limão para pôr no Whisky. Portanto, produzimos bastante, mas bastante entre aspas. Porquê? Porque neste ano produzimos uma certa quantidade e no próximo ano deixo de produzir, porque não vendeu, não tive bons resultados. É precisamente por isso que estou a perguntar ao Sr. Ministro o que é que pensa em fazer, conjuntamente com outras organizações, falo por exemplo da Câmara de Comércio e não só, no sentido de ver até que ponto poderíamos assinar acordos com determinados países, no sentido de aligeirar essa situação.

Por exemplo, o nosso coco vai para Angola, mas de uma forma quase clandestina. Seria bom que o Governo, junto de outros governos, pudesse encontrar uma forma de negociar. Antes mesmo de pedir apoios financeiros e não sei quanto, fazer com que haja acordos e através desses acordos a Câmara do Comércio e outras instituições possam mobilizar e trabalhar com as suas congéneres e fazer com que os nossos produtores versus vendedores possam estar legalizados para fazerem as suas vendas normais. Falando de coco e outras coisas assim, as pessoas chegam a um país e tem que fazer negócios obscuros, fazer não sei quanto, para poder pôr a coisa em circulação.

Recordo-me da PAPAFA, onde está a Engenheira Carminda, a Sra. Engenheira, uma vez, tinha-me solicitado a hipótese de pôr os produtos de Quã Telá e outras fileiras em Angola. Eu tentei, através de uma congénere, mas não havendo acordos entre os Estados, torna-se um bocado difícil. É neste contexto que gostaria de saber o que é que o Ministério da Agricultura pode fazer neste sentido, para que, com os titulares de ministérios competentes, possam preparar e assinar acordos entre os Estados, principalmente no quadro da CPLP.

Há condições para fazer muito mais facilmente, no sentido de fazer com que se aumente a produção, porque daqui há pouco essa melancia que vimos em grande quantidade vai deixar de existir, porque as pessoas vão deixar de produzir. Provavelmente vendeu-se aquela melancia, mas não em grande quantidade, o que não vai encorajar os agricultores a produzirem mais e mais nos próximos anos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, obrigado pelas suas contribuições.

Em relação à questão de abate de árvores, concordo plenamente com a intervenção do Sr. Deputado, porque é verdade que, ao nível da Direcção das Florestas, só os Guardas Florestais não terão solução para o controlo das árvores, mesmo dos toros e dos materiais.

É verdade que qualquer pessoa que desvia madeiras nas florestas, muita das vezes, como disse e disse muito bem, para ter acesso a esses materiais, ao invés de os militares ou polícias ajudarem o Governo no controlo, são eles que passam a ser subornados para se ter acesso à venda de materiais.

Concordo plenamente com a sua colaboração e na verdade o Ministério da Agricultura deve trabalhar em consonância com o Ministério da Defesa e do Mar e também com o Ministério da Administração e Ordem Interna.

Srs. Deputados, essa questão já foi levantada num dos venerandos Conselhos de Ministros e ficamos de nos reunirmos brevemente, a fim de tomarmos medidas ou então substituir os militares ou os agentes que vêm trabalhando na fiscalização ou controlo de árvores.

Temos um exemplo muito prático, na zona de Ribeira Peixe, em AGRIPALMA. Já há palmeiras na fase de produção e todas as árvores que estão lá são protegidas, mas muitas vezes, fora da hora de trabalho ou em fins-de-semana, as pessoas vão abater essas árvores. Recentemente, visitei a empresa AGRIPALMA, constatei essa preocupação e prometi ao Director-Geral que farei convite aos Ministros da Administração e Ordem Interna e da Defesa, para que possamos minimizar essa questão. Porque como disse e muito bem, mesmo com a lei que já foi aprovada, enquanto não encontrarmos novos mecanismos, os problemas nunca encontrarão soluções. Por isso, quero agradecer também por esta contribuição.

Perguntei sobre fileiras, porque já temos as fileiras de cacau biológico, de pimenta e de café que já estão em cooperativas. O Governo recentemente, depois de terminar o projecto PAPAFA, assinou o acordo do projecto PAPAC para 6 anos, que já esta em curso, iniciou precisamente no mês de Abril. Eis o porquê de ter perguntado que fileiras. Mas depois da explicação do Sr. Deputado, quero dizer que o Governo está preocupado, porque já se produz a banana seca no País, se formos para Quã Telá, encontraremos a banana seca; já existe algumas iniciativas de alguns produtores, por exemplo, estive na feira e vi algumas iniciativas de próprias pessoas que já estão a produzir o chocolate caseiro. Essas iniciativas devem ser reconhecidas e temos que encontrar também possibilidades, como disse mesmo através da Câmara do Comércio, Agricultura e Serviços, para que também possamos encontrar alguma possibilidade de ajudar.

Temos a transformação da farinha de mandioca, em Margarida Manuel. No âmbito do projecto PDSA2, ainda estamos virados para ajudar esses produtores, para que possam produzir mais farinha de mandioca,

porque hoje estamos a falar de PNASE, vamos diminuir também a importação de alimentos para as cantinas escolares e as nossas crianças vão ter que se alimentar à base de produtos locais, quer os transformados, quer os frescos. É por isso que temos que dar uma maior atenção a essas iniciativas.

No âmbito da comercialização de produtos, é verdade que alguns dos nossos comerciantes fazem o seu comércio ilegal e têm algumas dificuldades, mas junto ao Ministério da Economia e Cooperação Internacional com a Câmara de Comércio, Agricultura, Indústria e Serviços, possamos encontrar uma solução.

Gostaria também de informar que o Governo está à busca de financiamento junto a outros parceiros, para construirmos uma infra-estrutura para conservação de produtos hortícolas e de fruticultura.

O Sr. Deputado falou há pouco da melancia. É uma fruta que não aguenta, em pouco tempo estraga-se. Então, se no mercado interno não temos o poder de consumo, logo temos que encontrar uma solução, e a solução é exportar o produto. A intenção do Governo neste momento já está virada para o mercado da Guiné Equatorial. Os estudos já feitos indicam que temos um mercado muito próximo aqui da região da África Central, para onde possamos exportar os nossos produtos.

Estamos a fazer parcerias, já estão bastante avançadas, para que consigamos encontrar financiamento para instalar uma infra-estrutura de conservação, com temperatura regular, onde poderemos fazer uma gestão público-privada. Os agricultores levam os seus produtos, vendem àquele sector e depois o negócio é feito directamente com o outro privado. Portanto, são iniciativas que temos e acreditamos que ainda este ano poderemos fazer o lançamento da primeira pedra, para que possamos ter essa infra-estrutura.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saudar o Sr. Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública e os Srs. Deputados.

Sr. Ministro da Agricultura, registei com agrado essa sua última intervenção, que falava da construção de uma infra-estrutura que pudesse ajudar os produtores a armazenarem os seus produtos, numa perspectiva de garantir o seu escoamento.

Quando se analisa o OGE, na parte relativa ao Ministério da Agricultura, vê-se que há um grande investimento na vertente produção. Fala-se muito na questão de produção, a promoção de produção e diversificação da agricultura, incremento de produção e produtividades nas parcelas agrícolas, projecto de desenvolvimento de culturas alimentares, ou seja, há muito investimento na produção e não se vê investimento e mecanismos de garantia de escoamento desses produtos. E para nós é algo bastante preocupante, porque se se cria incentivo à produção, tem-se que esperar que haverá um excedente de produção. Toda gente começa a produzir, há um excedente de produção e a preocupação com o escoamento será muito grande. Mas agora ao ouvir a sua exposição, isso não aparece aqui. Diz que haverá uma infra-estrutura para garantir pelo menos a conservação de produto.

Estive recentemente em Cabo Verde e soube que Cabo Verde está há 1 ano sem chuva. É um contraste tão grande com São Tomé e Príncipe. Vê-se pedras, rochas, sem quaisquer árvores. No entanto, os cabo-verdianos estão a exportar bananas e água mineral. A água mineral que se consome hoje em Cabo Verde é mesmo de lá. Quer dizer, se conseguem fazer, Deus abençoou tanto São Tomé e Príncipe, a natureza é tão benevolente, que a gente não precisa de grandes coisas para ter água. O Sr. Ministro até falou da questão de sistema de irrigação, porque não há dúvida que existe algumas zonas que ainda têm dificuldades de água, mas é um contraste muito grande.

Sr. Ministro, preocupa-me sinceramente e gostaria de saber que estratégia tem o Governo para combater os roubos e os furtos que se assiste na agricultura. Não há dúvida que há um grande incentivo a produção, as pessoas têm-se esforçado muito para produzirem, mas o roubo está cada vez maior. Há novas formas de crime e de roubo, o que faz com que muita gente ande desanimada na agricultura. Vimos a cena de ladrões que entraram, roubaram os animais todos e abateram-nos de uma só vez. Enfim, temos visto coisas que nos assustam e que não incentivam a produção. Se não se conseguir pôr cobro ao roubo, ou as pessoas vão começar a fazer a justiça com as suas próprias mãos ou vão deixar de produzir, porque de facto tem sido grande o roubo que tem assolado a plantação e a produção.

Portanto, gostaria de saber o que é que o Governo pensa em fazer para que possa debelar a situação, combater o roubo, para garantir esse incentivo que vejo. Como o Sr. Ministro é um homem que vem também da agricultura, vejo-o muito motivado e quero felicitá-lo por isso, mas todo esse esforço pode redundar em zero, se não encontrarmos mecanismo para pôr cobro ao roubo que vem assolando a produção agrícola.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sra. Deputada, na verdade essa é uma preocupação que, no meu entender, é de todos nós, não só os que produzem, mas mesmo toda a população. Digo isso, porque muitas vezes o horticultor utiliza um certo pesticida para o tratamento de

tomates ou pimentões e não consegue respeitar o período de graça, porque aquela pessoa que nada faz, vai roubar, leva ao mercado e nós compramos. Ao comprarmos esses produtos, estamos a comprar doenças, porque o produto não respeitou o período de graça. Enquanto o agricultor vai aguardando o momento próprio, o outro rouba.

Como disse a Sra. Vice-Presidente, sabemos que não podemos fazer justiça com as nossas próprias mãos, mas há menos de 2 semanas aconteceu um caso em Mé-Zóchi, na zona de Trindade. Um agricultor, depois de ter-se cansado de controlar a sua produção, numa noite, baleou um ladrão e esse perdeu a vida mesmo lá. Como Ministro da Agricultura, sabendo que é um pequeno agricultor, procurei acompanhar o processo e neste momento ele está em liberdade, aguardando o julgamento, porque os próprios familiares reconheceram que era um gatuno que ia roubar lá há muito tempo. Mas pronto, o agricultor matou e agora espera o julgamento.

Segundo as informações, foi uma casualidade. O senhor andou a fiscalizar o campo toda noite e quando deu conta que havia alguém no seu terreno, e a arma dele tinha dois canos, assim que fez o primeiro disparo, o gatuno respondeu «eu é que te vou matar». Porque os gatunos já sabem que normalmente as armas são de um cano e até se trocar o cartucho, eles podem atingir a pessoa. Só que infelizmente para aquele, mesmo sem o luar, o agricultor fez um cálculo de onde ouviu a voz e apanhou o gatuno em cheio, na cara.

Neste momento o agricultor está em liberdade, mandei chamá-lo, conversamos e ele me disse que durante essas 2 semanas o seu pimentão e a banana pão estão lá. Quer dizer, é aquele indivíduo que lhe roubava sempre, mas o nosso país não dá direito a isso, não podemos fazer a justiça com as nossas próprias mãos.

Recordo-me de algumas vezes que estive em Camarões e encontrei algumas pessoas com a mão cortada. Uma vez perguntei ao motorista porquê que as pessoas tinham a mão cortada, e ele me respondeu que eram pessoas que iam roubar na terra de agricultores. A justiça lá é pegar e cortar uma mão. Se a pessoa trabalha com a mão direita, tira-se a mão direita e se trabalha com a mão esquerda, tira-se a mão esquerda. Essa é a lei de Camarões. No nosso país, infelizmente, não podemos fazer a justiça com as nossas próprias mãos e o que tem acontecido é que, muitas vezes, o agricultor dá conta do roubo, faz uma queixa, dá combustível para se apreender o gatuno e, passando algum tempo, para aí dois dias, o gatuno já fica em liberdade e ainda vai gozar com ele. Isso é desencorajador, mas não podemos cruzar os braços, temos que encontrar alguma solução. Primeiro, as comunidades terão que estar organizadas, porque sabemos que um ladrão que sai, por exemplo, da cidade para Claudino Faro roubar animais, de certeza que alguém que reside na comunidade está associado e ele. Logo, primeiramente, tem-se que começar com a organização da comunidade e temos que nos preocupar com os polícias locais. Deve haver mesmo polícia local da comunidade que saiba agir. Muitas das vezes, a própria comunidade elege um polícia local, mas quando ele toma medidas, a família vai contra. Isso tem acontecido várias vezes, mas como não me canso de andar nas comunidades, tenho muita experiência nas comunidades, sei que existe comunidades onde está a funcionar. Tenho o exemplo da comunidade de Mato Cana. Se os Srs. Deputados forem para Mato Cana, até em termos de higiene, não se vê nenhum porco ou cabra à solta. Logo pela manhã, há uma equipa que está organizada para fazer a limpeza no quintal. Qualquer um criador que se esquecer e deixar o seu animal solto, logo de manhã ele encontra esse animal amarrado. Se não pagar, esse animal vai para a polícia ou para o hospital. Logo, já se vê que a comunidade está organizada. Nas comunidades como Claudino Faro e Mato Cana, os agricultores, para saírem com os produtos, os polícias locais têm que passar uma confirmação de que esses produtos saíram da comunidade. Portanto, esse já é um grande passo e temos que fazer essa sensibilização, inculir isso nos agricultores. Fora disso, também estamos a pensar – e se calhar terá que ser a Assembleia a aprovar o que pretendemos – em preparar um traje diferente para o gatuno, seja ele gatuno de banana ou de qualquer coisa. Obrigatoriamente, assim que ele sai da comunidade, deve vestir esse uniforme e percorrer todo o lado. Na polícia, no cemitério ou em qualquer lado, é identificado como gatuno. Bom, são coisas que o Ministério da Agricultura pensou, mas caberá à Assembleia aceitar ou não. Outrossim, reforçar também os agentes policiais, para que possam ter maior controlo nocturno, principalmente, porque hoje muitos roubos de animais são feitos com Hiace. Tem de haver um maior controlo ao nível em todos os distritos.

Concordo plenamente com o que disse a Sra. Vice-Presidente, um dos grandes desencorajamentos de todos os criadores e produtores é o problema de roubo. Temos que encontrar uma solução, mas cada um de nós aqui terá que contribuir, porque sabemos que não vamos conseguir combater na totalidade, mas com a contribuição de todos poderemos encontrar uma solução. Portanto, é essa a minha explicação, Sra. Vice-Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. e Sras. Deputadas, trago apenas uma contribuição.

O Sr. Ministro acabou de falar das comunidades de Bernardo Faro e Mato Cana. Também reconheço que têm sido comunidades exemplares. Já tive a oportunidade de fazer várias visitas àquelas comunidades

e aquilo deixou-me encantada. Gostaria de sugerir ao Sr. Ministro que, no dia 30 de Setembro, Dia da Reforma Agrária, o Sr. Ministro desse um diploma de mérito a essas comunidades, de forma a incentivar as outras, ou então que as outras possam copiar, talvez assim, e dar mesmo uma grande visibilidade. Este é um ponto.

Com relação ao outro ponto é que relacionado com a distribuição de terras abandonadas, acho que é bastante correcto, mas gostaria que o Sr. Ministro adoptasse uma política com relação ao desemprego. A cada dia que passa, as pessoas não estão a gostar da agricultura. Os jovens não se dedicam muito à agricultura, eu sei, por experiência própria, e gostaria de propor ao Sr. Ministro que seleccionasse alguns jovens e que os formasse primeiro, antes de os entregar a terra. Formar os jovens, prepará-los e sensibilizá-los, de forma que possam gostar da terra. Esta parte que acabei de falar agora é uma experiência que vi e ouvi em Camarões, aquando da minha passagem por lá ultimamente, pela missão que o próprio Sr. Ministro mandou-me cumprir. Portanto, nesses seminários e formações, vai-se trocando experiências também e aquilo que é bom a gente apanha e traz, para ver se conseguimos implementar.

A senhora que falou disso disse que hoje está a surtir grande efeito, já diminuiu consideravelmente o número de desempregados. Portanto, a maioria deles estão todos virados para a agricultura e o mercado está mais abastecido, com uma maior soberania alimentar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, é para dizer que na verdade não é invenção, tenho cá os meus colaboradores. Normalmente, quando organizamos feiras, depois de dois ou três dias, fazemos o balanço. Houve mesmo a sugestão da comissão que, no âmbito das actividades de 30 de Setembro, devíamos reconhecer o agricultor que produz com a melhor qualidade, que expõe o seu produto na feira, que está engajado na produção, e não só, bem como as comunidades mais organizadas, para receberem um diploma de mérito. Portanto, quero também agradecer pela iniciativa, não vem contrariar, mas reforçar aquilo que ainda ontem falámos.

Relacionado com a capacitação de jovens, podemos realizar, mas a verdade é que sabemos que neste nosso país tem havido conflitos de terras e quando as pessoas encontram alguma terra abandonada, têm a tendência de utilizá-la. Hoje até há grupo de pessoas que mesmo se encontram uma terra trabalhada e outra pequena parte sem trabalhar, entendem que a solução é fazerem a invasão. Já chamamos à responsabilidade as pessoas individuais, que o Governo, neste momento, ainda não está a fazer a fiscalização de terras devido ao poder financeiro. Assim que tivermos a disponibilidade de financiamento, iremos dar continuidade à fiscalização de terras.

Quanto ao exemplo que a Sra. Deputada apresentou agora, podemos fazer muito bem, porque como eu disse, temos o CATAP que deverá muito bem capacitar os jovens, mas para isso temos que ter uma certa quantidade de terras já reservadas para esses futuros agricultores, porque se capacitarmos esses agricultores, já com a garantia de que iremos dar-lhes terras e não tivermos terras para lhes dar, também será uma polémica, mas registei a sua preocupação, também a considero de bom grado e vamos analisá-la.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Agricultura e desenvolvimento Rural, Sr. Ministro das Finanças, Caros Deputados, bom dia.

Sr. Ministro, não podia ficar indiferente, porque sabendo que o seu Ministério abarca a agricultura, a pecuária, a floresta e pescas...

O Sr. **Presidente**: — A pesca está com o Ministério da Economia, Sra. Deputada.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — A pesca está com o Ministério da Economia? Então, desculpe, Sr. Ministro.

Quanto à Agricultura, falou-se de conservação e transformação de produtos, mas nas GOP e no OGE não vejo nenhum capítulo sobre isso, já que a transformação de produto é uma das formas que o médio empresário pode transformar o seu produto, para não estragar. Então, gostaria de obter esclarecimento sobre o porquê de não existir um capítulo ligado a transformação de produtos locais.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, parece que o Sr. Ministro já respondeu a esta pergunta, quando a Sra. Deputada Maria das Neves solicitou.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Transformação?

O Sr. **Presidente**: — Conservação.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Estou a falar de transformação de produtos locais. Não vejo nenhum capítulo para financiar a criação de pequenas fábricas ou aquisição de alguns equipamentos para transformação. Portanto, é isso que gostaria de saber.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, gostaria de dizer à Sra. Deputada que a questão de transformação é transversal. Está no Ministério da Agricultura como também no Ministério da Economia. Portanto, temos esses dois ministérios, mas ao nível daquilo que se fala sobre a reabilitação de infra-estruturas de apoio à segurança alimentar, temos o financiamento, quer da União Europeia quer do BAD, que vai ajudar-nos em pequenas iniciativas. Também temos os projectos PIPAGA, PDSA e *Quá Telá*, para trabalharmos sobre essas actividades.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Deputada está esclarecida?
Sras. e Srs. Deputados, mais intervenções e pedidos de esclarecimentos?
Tem a palavra o Sr. Deputado Salvador Afonso.

O Sr. **Salvador Afonso** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caros Deputados, bom dia.

Começo por felicitar o Sr. Ministro pela realização da feira, ultimamente. Gostaria de felicitar também todos os membros que o acompanharam, porque tive a ocasião de fazer lá uma ronda e posso considerar que há uma luz que começa a brilhar em termos de desenvolvimento.

Sr. Ministro, se me permite, gostaria de falar também da reforma agrária, porque é um departamento muito rico neste Ministério da Agricultura e também tem muito a ver com o nosso país, no que concerne à distribuição de terras. Não quero falar da continuação da distribuição de terras, mas propriamente dessas terras que já foram distribuídas da forma que todos aqui conhecemos. Na sua locução, o Sr. Ministro falou com uma certa precaução, dizendo que está a aguardar a lei para executar algumas preocupações do Governo. Mas qual será o destino dessas terras? Sabemos que continuam a ser desleixadas pelos que já as têm. Cautelosamente, pensamos que já é tempo de, se o Sr. Ministro ainda não começou, começar a tomar posição com os detentores dessas terras.

A minha segunda preocupação é com relação ao CATAP, porque se falou de formação. Sabemos que estamos na era do conhecimento e sem formação não vamos a parte nenhuma. CATAP é um centro do nosso país que podemos considerar à altura para a formação agrária, mas nas GOP não está nada virado propriamente para formação em CATAP. Não sei se está numa outra alínea, mas penso que se deve dar muita atenção à formação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, é para informar ao Sr. Deputado que, como eu disse, estamos a aguardar a disponibilidade financeira para darmos tratamento a possíveis terras que estão no estado de abandono, mas, como devem saber, a retirada de terras causa alguns conflitos e nem sempre traz benefícios nem para o Governo nem mesmo para o beneficiário. Eis a razão que iremos fazer inspecções cautelosamente, para que possamos saber na verdade como é que iremos retirar as terras, porque os pequenos agricultores são habituados a dizer que os sucessivos governos só retiram terras aos pequenos agricultores e as terras dos médios agricultores continuam com as suas extensões. Mas isso acontece porque a terra do pequeno agricultor tem uma superfície bastante pequena e consegue-se retirar rapidamente e aquelas que têm superfície maior trazem algum constrangimento. Até costume perguntar mesmo ao nível do Governo, afinal de contas, qual é o verdadeiro papel dos cidadãos são-tomenses? Cada um está em diversas funções, mas deve defender aquilo que vem em benefício do Estado são-tomense. Um advogado não defende o País, mas defende alguém que lhe pede para colaborar, porque sabe que algum dinheiro vai cair no seu bolso. Primeiramente, deveríamos pensar no País, mas isto não acontece. Só para dar um exemplo, neste momento, temos uma situação que este Governo herdou. Bem, sendo Estado para o Estado, temos que encontrar uma solução. Tem a ver com a média empresa Bombaim, onde se andou a cortar tantas árvores, a empresária não pagou nenhuma contribuição ao Estado, mesmo com os créditos que recebeu, não indemnizou, mas as terras que foram retiradas para entregar ao investidor SATOCAO hoje está em conflito e o próprio advogado da empresa diz que o Governo tem que indemnizar empresa em mais de 1 bilião de dobras. Portanto, são situações que temos tido, é apenas este exemplo, por isso temos que ir cautelosamente. É verdade que existe muitas terras abandonadas, mas temos que fazer primeiramente visitas, chamar o beneficiário, e isso leva algum tempo. Não vamos apenas fazer a primeira visita e tomar a decisão.

Sr. Deputado, como eu disse na minha intervenção, vamos dar continuidade à fiscalização de terras e, de qualquer forma, temos que aproveitar as terras abandonadas da melhor forma possível.

Quanto ao CATAP, se formos ver no âmbito do Orçamento, está lá inserido, mas nas GOP temos o objectivo central que está descrito como formação de pequenos agricultores, em matéria de co-

financiamento, onde está garantido com o projecto PRIASA e também com o PNUD. Portanto, temos esse protocolo e as coisas já estão garantidas.

É verdade, toda gente sabe como está hoje essa infra-estrutura, o CATAP, e de maneira alguma poderíamos gastar tanto dinheiro na sua reabilitação e na obtenção de vários equipamentos e ter lá apenas técnicos. Portanto, vamos capacitar os pequenos agricultores, através desses apoios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Agricultura, Sr. Ministro das Finanças, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Desde que cheguei que ouço debate à volta daquilo que é a produção agrícola, também julgo importante, porque de facto o Ministério da Agricultura está de parabéns, em termos de alocação de verbas no orçamento para fazer face e atenuar as problemáticas da agricultura do nosso país, mas também porque não há produção sem que os agricultores tenham condições efectivas de habitabilidade, vejo cá no orçamento alocação de 10 mil milhões de dobras para a requalificação das casas comboios e gostaria de saber, Sr. Ministro, se também está incluída a Região Autónoma do Príncipe. Nos últimos anos, diferentes roças agrícolas de São Tomé têm beneficiado com a requalificação das casas dos agricultores, mas na Região Autónoma do Príncipe não se verifica. Só ultimamente é que se está a tentar fazer alguma coisa. Por isso, gostaria de pedir ao Sr. Ministro, caso a locação que se encontra aqui no Orçamento não inclua a Região Autónoma do Príncipe, que possa encontrar forma para reforçar essa verba, no sentido de estender essa iniciativa à Região Autónoma do Príncipe. Levanto esta questão porque temos uma comunidade na Região Autónoma do Príncipe que se chama Santo Cristo, que é uma comunidade bastante pequena e que também produz, mas o telhado da casa onde os agricultores residem está preste a desabar. E se isso vier a acontecer, vamos todos ficar tristes, porque vai morrer gente. Ultimamente, no Príncipe, tem chovido bastante, tem havido temporais. Era bom que ao nível do Governo se tomasse iniciativas, no sentido de resolver essas questões o mais urgente possível.

Aproveito também para convidar o Sr. Ministro da Agricultura a visitar a Região Autónoma do Príncipe e, se possível, visitar a comunidade de Santo Cristo, para *in loco* dar conta daquilo que estou a relatar.

É esta a minha preocupação e reservo-me no direito de novamente levantar outras questões.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, essa preocupação também é minha e quero juntar a minha voz à do Sr. Deputado Aérton, quanto à questão de reabilitação das casas comboio nas comunidades, porque vivo perto de uma comunidade que também sofre. Quando chove, as pessoas são obrigadas a encostar nas paredes com humidades, para se protegerem da chuva. Falo da comunidade de Ubua Budo Praia. Essa comunidade vive numa situação lamentável! Já houve engajamento do anterior governo, pelo anterior Ministro da Agricultura, no sentido de planificar a reabilitação das casas dessa comunidade, inclusive havia feito uma visita com o anterior Embaixador da China –Taiwan e havia afirmado compromisso no sentido de reabilitar aquelas casas. São dois ou três quarteirões e acredito que, havendo boa vontade, é uma obra que não há-de custar muito.

Convido também o Sr. Ministro a visitar aquela comunidade, é da ex-empresa Ubua Budo, mas é a parte de Ubua Budo Praia.

Já que está programado esse montante de 10 mil milhões, que não espelha as comunidades a sofrer as intervenções, Sr. Ministro, diga-nos a que comunidades vão ser afectadas essa verba ao nível de infra-estruturação.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, o Sr. Deputado falou da Região Autónoma do Príncipe e gostaria de dizer-lhe que o Príncipe não tem sido esquecido. Pode ser menos em termos de reabilitação de casas, mas ao nível de outros apoios, quer pistas rurais, quer irrigação, tem havido sempre o apoio do Governo. Mesmo agora com este Orçamento de 2015, estamos a dar uma atenção à Região Autónoma do Príncipe. Infelizmente, em termos de reabilitação de habitações, a Região Autónoma do Príncipe não está contemplada, mas também juntando a preocupação do Sr. Presidente, gostaria de dizer que temos uma fatia que, no nosso entender, é bastante pequena, 10 mil milhões, para a reabilitação de casas. Todos nós sabemos como é que os empreiteiros aplicam os preços das obras.

Reconhecemos o que o governo cessante fez, temos algumas obras que ficaram por concluir, temos por exemplo a comunidade de Lembá que tem as casas geminadas que só levantaram blocos, não têm cobertura. Portanto, são casas geminadas que vamos ter que dar continuidade. Depois delas estamos a aguardar a aprovação do Orçamento para que possamos identificar a prioridade das prioridades. Porque hoje estamos a falar da reabilitação de casas, o Sr. Presidente acabou de dizer agora que Ubua Budo Praia está numa situação bastante crítica, mas seja como for, também temos que visitar, para nos inteirmos da situação dos moradores daquelas habitações.

Gostaria também de informar que pelo menos com este pouco tempo da minha actividade no Ministério da Agricultura, das visitas que tenho efectuado junto com os meus colaboradores, muitas das casas que

estão a ser reabilitadas, seria melhor serem construídas, porque são casas bastante antigas, os fiscais não fiscalizam bem as obras, fazem uma pequena pintura, mudam-se algumas ripas e passam a tinta, pronto a casa já está reabilitada. Passando algum tempo, continuam as fissuras e as pessoas continuam a molhar. A título de exemplo, temos a comunidade de Queluz. Quando fomos para lá no momento do orçamento do cidadão, houve os agricultores que disseram que preferiam viver nas casas antes da reabilitação do que agora. Porquê? Devido a má qualidade das obras. Portanto, temos que tomar tudo isso em consideração, a preocupação está registada.

Gostaria de dizer aos Srs. Deputados que o valor é bastante pequeno, mas vamos tentar encontrar a possibilidade de dar algum tratamento à reabilitação de casas e quem sabe, se for necessário, encontrar mesmo casas geminadas para uma ou outra comunidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, ouvi atentamente a sua explanação e o que percebi é que não há verba para fazer cobertura a todas as comunidades. Isto é normal, mas a questão que coloco é de emergência. Se não há verba para fazer uma reabilitação de fundo, pelo menos na comunidade de Santo Cristo, gostaria que o Ministério da Agricultura encontrasse forma para resolver o problema do telhado daquelas habitações, porque de facto aquilo está numa situação lamentável e pode morrer gente. É por isso que volto a pedir ao Sr. Ministro da Agricultura que procure uma forma de resolver esta situação. É urgente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sei que o Sr. Deputado, mais do que ninguém, conhece a realidade da Região Autónoma do Príncipe, particularmente daqueles moradores. Poderemos analisar mais profundamente aquelas obras, o Sr. Deputado está a dizer que não é coisa, mas são os artistas é que poderão pronunciar. Seja como for, não queremos aqui garantir, mas prometemos fiscalizar e ver como é que estão as obras...

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Ministro está no uso da palavra. Se quiserem intervir, peçam. Sr. Ministro, desculpe, pode continuar.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Obrigado Sr. Presidente.

Todos nós somos do mesmo país. Como diz o Sr. Deputado, se a situação é crítica, podemos, através do sector de Infra-estruturas, mesmo ao nível da Região Autónoma do Príncipe, passar as informações e ver aquilo que podemos dar, em termos de nossas contribuições.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Esmael da Glória.

O Sr. **Esmael da Glória** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, bom dia.

É verdade que o Sr. Presidente Vasco levantou a questão de Ubuá Budo Praia, requalificação da casa da antiga roça, por desconhecimento, porque num dos encontros que tive com o Sr. Ministro da Agricultura, já falamos sobre a questão, porque resido naquela comunidade. De certa forma, o Sr. Deputado Vasco desconhecia, mas é bom, porque juntou a sua voz à minha.

Também gostaria de dizer que a política do Governo e do Ministro da Agricultura já vem demonstrar que está preocupado com a requalificação das casas.

De certa forma, gostaria de agradecer o Sr. Ministro pela inauguração do centro de pecuária da zona de Nova Linda. O País está a ganhar e isso vem melhorar a dieta alimentar das populações e também a segurança alimentar, que é uma matéria premente e muito debatida hoje em dia no País.

Gostaria também de pedir ao Sr. Ministro que solicite mais trabalho ao sector de Associativismo e Cooperativismo, pois sabemos da importância das associações nas comunidades, tentar fiscalizar um pouco mais e exigir que a Direcção de Cooperativismo trabalhe um pouco mais com as cooperativas.

Eu ando muito nas comunidades e tenho constatado algumas reclamações que provêm dos pequenos agricultores, no que toca ao funcionamento da cooperativa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, reconheço sim o meu desconhecimento da sua agenda particular com o Sr. Ministro. Se o Sr. Deputado partilhasse comigo a sua agenda referente à intervenção com o Sr. Ministro...

O Sr. Deputado deveria agradecer-me, porque reforcei aquilo que já desenvolveu em prol da comunidade.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, na verdade o senhor reforçou a preocupação e mesmo que houvesse maior reforço, seria bom, de forma a dar responsabilidade ao Governo, para que o Governo reconheça que na verdade essa comunidade precisa de intervenção rápida. Portanto, da parte do Governo, como eu disse, vamos ver aquilo que poderemos fazer.

Agora, a última preocupação que o Sr. Deputado levanta, sobre o associativismo e cooperativismo, é verdade que tem havido uma maior dinâmica na proximidade da Direcção do Associativismo com as comunidades, porque sabemos que só a Federação Nacional dos Pequenos Agricultores não estará em altura de dar respostas aos inúmeros problemas que as comunidades têm. Sabemos quais são as dificuldades que essa direcção tem e esperemos que depois deste exercício que estamos a fazer haja uma maior atenção às comunidades e não só às cooperativas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, Sr. Ministro da Agricultura, Srs. Deputados: É muito pouco tempo para solicitar ao Ministro para acrescentar, mas gostaria de associar a minha voz às dos colegas Deputados que me antecederam e enfatizar a questão da necessidade de associativismo e cooperativismo.

Gostaria também de pedir encarecidamente ao Sr. Ministro, em relação aos projectos que temos em São Tomé e Príncipe, que o Ministério da Agricultura pudesse adoptar uma nova forma de agir, porque muitas vezes assistimos ateliês, ateliês, ateliês, também sou defensor de formação e capacitação, mas não defendo o facto de passar-se mais tempo em ateliês do que a presença dos técnicos junto aos agricultores. Portanto, peço encarecidamente ao Sr. Ministro que possa acompanhar isso, para que os técnicos com a delegação de agricultura que temos nos distritos, possam estar mais perto dos agricultores.

Não há agricultura sem floresta, porque a floresta é que faz o equilíbrio do ecossistema, a pluviosidade, etc. porque estamos a ver a perda da nossa floresta, gostaria que uma atenção fosse dada à Direcção das Florestas. Não sei se já existe a carta agrícola e florestal, para que possamos proteger aquilo que é nosso, não só do ponto de vista florestal, a fauna, etc. Portanto, peço encarecidamente, porque sem essa atitude ou sem uma mão do Estado poderemos perder aquilo que é um bem precioso. Estando nós numa ilha, a necessidade da chuva faz sentido.

Sr. Ministro, um outro aspecto para terminar, falou-se sobre a questão da reforma. É verdade e também quero felicitar o Sr. Ministro pela questão da agricultura. Não podemos fazer a agricultura sem terra. Engana-se quem quer aumentar a produção sem terra. Por isso, é urgente essa reforma da agricultura. Acredito que haja boa vontade do Sr. Ministro e se essa reforma conta com o apoio dos Deputados, estamos aqui para exigir do Governo o aumento da produção e podemos dar a nossa contribuição.

Sr. Ministro, o mais urgente possível, submeta-nos uma proposta de reforma de terras.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, vou passar a palavra ao Sr. Deputado José António, porque acredito que o Sr. Ministro já respondeu nesta Sala às preocupações que o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira levantou, mas poderá fazer um *briefing* no final.

A intervenção do Sr. Deputado José António será a última intervenção, porque o Sr. Ministro do Emprego e Assuntos Sociais, já se encontra aqui e queremos cumprir a agenda.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. **José António** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caros Colegas Deputados, bom dia.

Não sei se a minha intervenção já foi ultrapassada ou não, mas é preciso felicitar o Sr. Ministro da Agricultura pela dinâmica que tem empreendido no Ministério, com a inclusão de novos quadros jovens ao nível do Ministério.

Há uma situação que não sei se o Sr. Ministro já tem conhecimento, é que o meu colega falava da desflorestação, da desmatação como dizem os brasileiros, é que de facto é um fenómeno que de algum tempo a esta parte tem estado a tomar conta do nosso país e pode comprometer o futuro de São Tomé e Príncipe. Há informações, bem não gostaria de entrar nesse pormenor, mas gostaria de solicitar ao Sr. Ministro qual é a estratégia que o seu Ministério pretende utilizar, no sentido de pôr cobro a essa situação. Não sei se senhor já fez referência a isso ou não, porque é uma situação que tem estado a preocupar muita gente, de algum tempo a esta parte. Não estou a querer dizer que se trata do novo Governo, acredito que não, mas é um fenómeno que exige uma intervenção urgente por parte do Ministério.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, este é o problema de chegar tarde. Temos que começar a cumprir os horários. O Sr. Ministro já respondeu a essas preocupações, mas tudo bem.

Sr. Ministro atenda às preocupações dos Srs. Deputados, para fecharmos o seu Ministério.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, como disse o Sr. Presidente, portanto, é uma questão que já foi abordada, mas é só para dizer rapidamente que o Governo está preocupado com essa questão e mesmo ao nível de um dos nossos venerandos Conselhos

de Ministros já tomámos uma decisão. Haverá a intervenção do Ministro da Agricultura, do Ministro da Defesa e do Mar e do Ministro da Administração e Ordem Interna, para minimizarmos essa questão, porque sabemos que os nossos guardas florestais não têm autonomia nem poder para controlar o abate indiscriminado de árvores. Estamos a trabalhar nesta questão, porque sabemos da forma como o País vem vivendo. Os abates, quer nas zonas tampão, quer no Parque Obô, têm sido uma situação desastrosa para o País. Portanto, gostaria de informar aos Srs. Deputados que o Governo está a tomar as medidas e encontrará brevemente as melhores soluções.

Também gostaria de dizer que mesmo ao nível das actividades que estão a decorrer nas comunidades, actualmente, estamos a fazer um trabalho ligado à Direcção das Florestas, para que os agricultores também possam aproveitar dos produtos florestais não lenhosos. Neste momento, já se instalou um pequeno projecto ao nível de duas comunidades piloto, a comunidade de Plancas II e a de Novo Destino, de forma a aproveitar os produtos que existem na própria comunidade e ajudá-los a fazer comércio e encontrar algum mercado. Isto para que possam também ajudar no controlo e protecção das nossas florestas. É esta parte que faltava crescer.

Ligado ao associativismo, gostaria de dizer que na verdade vamos continuar a trabalhar, enquanto houver meios, vamos fazer maior esforço.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que eu pessoalmente, talvez por ser homem do campo, gosto de estar mais no terreno do que no gabinete e já pedi aos meus colaboradores para, obrigatoriamente, estarmos no terreno. Temos que estar mais próximos dos agricultores, temos as delegações regionais e não podemos apenas aguardar pelos trabalhos que vêm fazendo. Os técnicos do Ministério da Agricultura também terão que o fazer. A título de exemplo, recentemente houve uma catástrofe ao nível do Distrito de Lembá, onde desde Ribeira Funda até Bindá não existia via de acesso e as terras ficaram totalmente destruídas pelo vendaval. Hoje, com a intervenção do Governo, quer dos técnicos do Ministério, quer dos técnicos da delegação regional, estamos a fazer um trabalho de desbravamento de todas as madeiras que estão nas terras dos agricultores. Estamos a tirar toros e toros, para dar possibilidades ao agricultor, porque se os Srs. Deputados visitarem qualquer uma dessas comunidades, é de lamentar a situação em que esses agricultores vivem. Com a intervenção do Ministério, há parcela em que gastamos cerca de 5 milhões de dobras só a desbravar a terra. Temos a consciência de que se pegássemos nesse dinheiro e o entregássemos ao agricultor, de certeza que haveria outras prioridades e ele não conseguiria desbravar essa terra. Esse trabalho é contínuo e acreditamos que iremos melhorar as condições de vida dos agricultores e, depois do desbravamento dessas terras, poderemos também encontrar alguns materiais onde os agricultores possam fazer os seus trabalhos.

O meu objectivo junto aos meus colaboradores é passar mais tempo nas parcelas dos agricultores e não nos gabinetes. Portanto, obrigado Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, o senhor é o homem do campo, não é em vão que é Teodorico Campos. Obrigado pela presença, o seu orçamento esta aprovado na especialidade.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é para agradecer mais uma vez a todos pelo reconhecimento, sabendo que na verdade este é um benefício em torno de todos. Fico muito grato pela colaboração e contribuição de todos.

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a reunião.

Eram 10 horas e 35 minutos.